

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministério da Economia é favorável à venda de medicamentos em supermercados - CAPITAL S/A

..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
SERVIDOR PÚBLICO

LDO sancionada com 20 vetos ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

STF julga futuro da improbidade ..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atualização da tabela do Imposto de Renda não é consenso no governo ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A dois meses da eleição, Bolsonaro promete atualizar tabela de IR ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo prevê déficit primário em 2023 ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parâmetros para valoração aduaneira - OPINIÃO JURÍDICA ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ livra Souza Cruz de cobrança de R\$ 11 milhões ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo aprova MPs queregulam trabalho remoto ..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova MP que dispensa perícia para auxílio-doença ..... 15

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

STF começa a julgar nesta quarta se nova Lei de Improbidade pode beneficiar condenados; entenda

..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Confusão federativa (Editorial) ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Visões sobre a disputa tributária no STF - FERNANDO EXMAN ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Analistas esperam que BC deixe porta aberta após nova alta de juro .....	21
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Relator recua de pagamento em dinheiro de benefício .....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O dólar e o Copom - FÁBIO ALVES .....	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
PEC Kamikaze: proposta será extremamente nociva para as PMEs (Artigo) .....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
20% da população está consumindo sobras de carne, mostra Datafolha .....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Planalto estuda reajustar servidor em 2023 usando inflação do ano que vem .....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Dólar avança quase 2% com tensão entre EUA e China sobre Taiwan .....	32
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Dívida pública (Artigo) .....	35
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Desindustrialização, País em retrocesso (Editorial) .....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado espera Selic a 13,75% e que BC deixe porta aberta para nova alta .....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Sem equilíbrio fiscal, democracia se torna mais frágil (Artigo) .....	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Tesouro vê impacto de R\$ 8,1 bilhões com ICMS .....	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Com inflação, 20% dos brasileiros compram soro de leite e sobra de carnes .....	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
IR: Bolsonaro diz que promessa de campanha só sairá em 2023 .....	43

# Ministério da Economia é favorável à venda de medicamentos em supermercados - CAPITAL S/A



**CAPITAL S/A**

A votação em caráter de urgência do PL 1774/19, que prevê a liberação da comercialização de medicamentos isentos de prescrição nos supermercados, será um dos destaques do plenário

dos deputados federais nos próximos dias. O Ministério da Economia emitiu nota técnica favorável à proposta. A Secretaria de Acompanhamento Econômico, Advocacia de Concorrência e Competitividade (Seae) manifestou-se "favoravelmente, pois entende que aumentará a concorrência no segmento, com possibilidade real de redução dos seus preços ao consumidor final, maior acesso à população brasileira a tais produtos, especialmente os residentes em cidades de menor porte, além de ganhos econômicos tanto para a Administração Pública em todos os níveis quanto para a iniciativa privada".

#### União de forças

Duas entidades empresariais de peso se uniram na defesa do projeto de lei: a Abras (representante nacional dos supermercados) e a Abad (associação do setor atacadista).

#### Reação

Do outro lado, em oposição, está a Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), que considera um "absurdo" o projeto de lei. "Essa é uma pauta de saúde pública e não pode ser tratada como uma pauta econômica", argumenta o CEO da entidade, Sérgio Mena Barreto.

#### Anti-inflamatório

Cerca de 30% das vendas das farmácias correspondem a esse tipo de medicamento. Das 90 mil farmácias no Brasil, 65% têm adesão ao Simples Nacional. O Ibuprofeno, por exemplo, é o anti-inflamatório isento de prescrição mais vendido no mundo.

#### Contratação de farmacêuticos

Os supermercados afirmam que vão garantir a venda segura desses produtos com a contratação de farmacêuticos, que atuarão como responsáveis técnicos.

#### Defesa

"Tenho certeza de que os deputados que defendem o consumidor não ficarão contra esse projeto, que pode gerar até 35% de economia para a população", afirma João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

#### Novo presidente na Feduaneiros

O novo presidente da Feduaneiros, o empresário pernambucano José Carlos Raposo, toma posse hoje

à noite em cerimônia no centro de convenções Brasil 21. A Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros, entidade vinculada ao Sistema CNC, foi fundada em 1953. Hoje, representa cerca de 19 mil profissionais liberais que trabalham em parceria com a **Receita Federal**. O órgão realiza uma avaliação de qualificação para o exercício da atividade.

#### Essencial na pandemia

A categoria é responsável pela gestão de 96% dos processos de comércio exterior. A profissão foi considerada como essencial durante a pandemia, pois foram os despachantes aduaneiros que ajudaram a desembaraçar as importações de insumos e vacinas contra o covid 19.

#### Ministro Marco Aurelio faz defesa da urna eletrônica em evento de empresários

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello foi o convidado palestrante ontem do 4º Encontro Nacional de Lideranças em Brasília, que reuniu empresários e sindicatos de **servidores públicos** como o dos policiais federais, a Fenapef, e o SindiReceita. Na sua fala, Marco Aurelio rebateu os questionamentos do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral. "O dirigente máximo do país faz isso parecendo esquecer que foi eleito graças a esse sistema. A urna eletrônica veio para preservar a decisão e a vontade de cada eleitor?", destacou. E foi aplaudido no final.

# LDO sancionada com 20 vetos

## **Edis Henrique Peres**

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou, ontem, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2023. O texto, publicado com 20 vetos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), determina as orientações para a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023. Além disso, dispõe sobre políticas tarifárias e de aplicação financeira.

Mesmo com os artigos derrubados pelo Poder Executivo, a versão final será reanalisada pela Câmara Legislativa (CLDF). Os parlamentares poderão validar a decisão do chefe do Palácio do Buriti ou manter os dispositivos originais, como aprovados pela Casa.

Os deputados receberam, na tarde de ontem, um documento enviado por Ibaneis Rocha com as justificativas para cada veto. Um deles, por exemplo, determinava que o governo não direcionasse para outras atividades os recursos para políticas sociais ou voltadas a mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O Executivo local argumentou que o trecho continha conceitos "muito amplos" e que garantir esse controle seria "impraticável" (leia Entenda).

Ibaneis também retirou da lei um trecho que direcionava recursos superavitários arrecadados pelo Serviço Público de Loteria do DF para o Fundo Solidário Garantidor, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev- DF). O Executivo local justificou que, nesse caso, a quantia deve ser usada para pagamento da dívida pública.

A LDO funciona dá direcionamentos para a votação da LOA na Câmara Legislativa, no fim do ano, a qual determina como os recursos públicos serão usados ao longo do ano. O economista Newton Marques explica que Lei de Diretrizes Orçamentárias também norteia a elaboração dos projetos do governo.

"Ela define as estimativas de deficit, superavit, arrecadação e gastos", comenta. As normas definidas pelos dois textos, mesmo que burocráticas, afetam diretamente a vida da população, segundo o especialista.

"O que o cidadão precisa em relação à educação, saúde, segurança e ao transporte é decidido com base em orçamento", enfatiza.

Outro ponto relativo à LDO é que, junto ao Plano Plurianual (PPA) e à LOA, ela permite traça os gastos públicos, afirma o professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli.

"O PPA define em quatro anos o que os governadores querem fazer em médio prazo. Eles situam a sociedade e o Poder Executivo em questão de políticas e projetos. O segundo passo é a LDO, votada todo ano. Ela é uma espécie de ponte entre o PPA e o Orçamento anual, porque é uma diretriz para a elaboração e execução dele, sinalizando o que é mais importante e quais as prioridades da gestão", salienta.

Após aprovada a LDO, o governo define a LOA e a envia à CLDF para votação na última semana de trabalhos na Casa. "Diferentemente da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual é mais detalhada. Ela diz quanto se vai gastar e em quê. Por isso, a LDO é importante. Ela é a base e dita os caminhos da LOA", comenta Roberto Piscitelli.

Para o Orçamento de 2023, as estimativas são de R\$ 53 bilhões, com receita de R\$ 33,8 bilhões provenientes de recursos próprios e de R\$ 19,2 bilhões, do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Esses recursos são repassados pela União anualmente ao DF, para investimento exclusivamente em saúde, segurança e educação.

A quantia consta na versão original da LDO 2023, aprovada na CLDF em 29 de junho.

Colaborou Jéssica Eufrásio

Entenda

Confira como ficaram alguns dos principais artigos da lei após o veto e quais as justificativas apresentadas pelo governador Ibaneis Rocha

» Artigo 3º - A programação orçamentária não precisará atender à finalidade de assegurar recursos para políticas e programas destinados à defesa de crianças, adolescentes, deficientes e idosos. Justificativa: Áreas sociais têm prioridade no momento de distribuição dos tetos orçamentários. O artigo promove "engessamento orçamentário" diante da capacidade financeira "ilimitada" do Estado. O dispositivo pode criar obrigações que podem aumentar "de forma descontrolada" os gastos públicos.

» Artigo 21 - Não prevê na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 os valores destinados ao cumprimento do Plano Distrital de Educação nem cronograma detalhado dos recursos para reajuste do salários dos servidores do magistério. O texto também não precisará incluir rubrica específica com valor suficiente para compra de equipamentos e meios para preparação do ambiente escolar com condições sanitárias adequadas e investimento em tecnologia.

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal e Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador

Justificativa: Os recursos estão contemplados na disponibilização de teto orçamentário para Secretaria de Educação e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A rigidez orçamentária do Distrito Federal, com limites constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estreita a faixa de recursos livres, e a execução das despesas pode fazer o Distrito Federal ultrapassar os gastos com pessoal estabelecidos na legislação.

» Artigo 29 - Vetada a disponibilização de informações relativas às emendas parlamentares atualizadas no Portal da Transparência do Distrito Federal.

Justificativa: O Sistema de Controle de Emendas Parlamentares (Sisconep) destina-se à mesma função, com possibilidade de acompanhamento pelos **servidores públicos** e demais cidadãos.

» Artigo 34 - O superavit financeiro de recursos arrecadados por meio do Serviço Público de Loteria do Distrito Federal não será transferido à conta do Fundo Solidário Garantidor, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.

Justificativa: Por lei, o superavit deve se destinar à amortização e pagamento de dívida pública federal.

» Artigo 54 - Os recursos de políticas públicas de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, ações de desenvolvimento científico e tecnológico e de incentivo à inovação e às ações sociais poderão ser cancelados para abertura de crédito para para outra finalidade.

Justificativa: Os conceitos mencionados foram considerados amplos pelo governo, que informou não haver no Orçamento parâmetros estabelecidos de forma mais objetiva em relação ao previsto no texto aprovado, o que inviabiliza o controle no momento de abertura de crédito.

» Artigo 57 - Permite limitar o empenho e a movimentação financeira de recursos relacionados a situações de calamidade pública.

Justificativa: Ausência de marcadores específicos para definir casos de calamidade pública.

## STF julga futuro da improbidade



**LUANA PATRIOLINO**

A contagem regressiva para um dos julgamentos mais esperados do ano termina hoje. As três ações que questionam, no Supremo Tribunal Federal (STF), mudanças na Lei de Improbidade Administrativa têm atiçado os ânimos dos que pretendem voltar ao jogo da política, caso a Corte reconheça a retroatividade da norma. Ao Correio, fontes projetaram um placar apertado entre os ministros, com tendência para manter válida a reforma feita pelo Congresso.

O julgamento pode terminar em seis a cinco, com decisão final do ministro Luiz Fux, presidente do STF. O ministro Alexandre de Moraes, relator da ação, deve apresentar um parecer para vetar a retroatividade. No entanto, o posicionamento dele deve ser vencido pela ala mais garantista da Corte, segundo essas fontes.

O resultado do julgamento pode devolver a elegibilidade para políticos que já sofreram condenações pela Justiça, estão proibidos de disputar eleições, mas pretendem retornar à vida pública a partir de outubro. As ações questionam se as alterações inseridas pela Lei 14.230/2021 podem ser aplicadas retroativamente. O que for decidido pelos magistrados terá repercussão geral, ou seja, valerá para todos os processos em tramitação relacionados ao tema no país.

O próprio Arthur Lira pode ser beneficiado com a manutenção da reforma promovida pelo Congresso.

Ele responde a dois processos por improbidade administrativa por sua atuação como deputado federal e estadual. Nos dois casos, a mudança é positiva para o parlamentar por causa da "prescrição intercorrente" - quando vence o prazo legal para que o Judiciário aprecie o caso em benefício do réu, que fica livre das acusações.

Outros conhecidos do meio político, como o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (União Brasil-RJ), o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, o ex-prefeito Cesar Maia (PSDB-RJ) e o ex-ministro Eduardo Pazuello (PL-RJ) podem ser beneficiados caso a norma mais branda para casos de improbidade seja aprovada pelo Congresso seja retroativa à sanção da lei.

"Casuísmo"

O texto sancionado pelo Legislativo estabeleceu que, para a condenação de agentes públicos, será exigida a comprovação de dolo - a intenção de cometer o crime. Na avaliação do professor Thiago Viana, advogado criminalista, a comprovação do dolo é um ponto de divergência que pode dificultar a punição. "No geral, houve um retrocesso na exigência, porque acabou dando oportunidade para beneficiar políticos já condenados e inelegíveis por conta da redação anterior da lei", apontou.

"Fica no ar esse casuísmo, em que, a depender do resultado, muita gente que estava fora do jogo vai voltar ao jogo", avalia o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa.

A aplicação retroativa da nova lei de improbidade interessa não somente a políticos, mas também a agentes e **servidores públicos** acusados de atuação irregular durante o trabalho. Segundo o advogado Francisco Zardo, que defende uma procuradora acusada de causar prejuízos ao Erário, a Constituição consagra o direito fundamental à retroatividade da lei mais benéfica - o que também é assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. "A lei retroage em benefício do acusado ou do réu. Além de cumprir a regra da Constituição, a retroatividade das normas mais benéficas quanto ao dolo e à redução dos prazos prescricionais concretiza os princípios da igualdade de todos perante a lei e da razoável duração do processo", argumentou. Mas ele ressalva que isso não significa impunidade. "O fato de o Supremo reconhecer a retroatividade não deixa a administração pública desprotegida. O STF já decidiu que o

ressarcimento do dano recorrente de ato improbidade é imprescritível", acrescentou. (Leia mais na página 13)

# Atualização da tabela do Imposto de Renda não é consenso no governo

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter afirmado nesta terça (2) que está garantida uma atualização da tabela do Imposto de Renda (IR) no ano que vem, a medida ainda não está de fato alinhada dentro do governo.

A perda de arrecadação gerada pela atualização do Imposto de Renda continua sendo vista como um entrave para ser viável e, por isso, é defendida no Executivo a ideia de que as mudanças precisam de compensações.

Ainda não estão definidas quais seriam essas contrapartidas, mas alguns exemplos são citados. Por exemplo, a limitação das despesas médicas que podem ser deduzidas do Imposto de Renda - o que poderia gerar um espaço fiscal de R\$ 20 bilhões.

Promessa da campanha de 2018, a correção não foi implementada na gestão Bolsonaro -apesar de ter sido enviada em junho de 2021 ao Congresso dentro do projeto de lei do governo que alterava essas e outras regras tributárias.

O texto enviado pelo governo passou pela Câmara, mas parou no Senado diante de resistências a pontos-chave do projeto -principalmente a cobrança sobre dividendos, que despertou reações do empresariado. Diante do entrave, o governo deixou a atualização de lado.

Agora, Bolsonaro volta a prometer a correção para 2023. "Já está conversado com Paulo Guedes [Economia], vai ter atualização da tabela do IR para o próximo ano. Já está garantido já, não sei o porcentual", disse o presidente.

Discute-se que a desoneração para as classes mais baixas precisa ser levada adiante com reduções de benefícios concedidos às classes mais altas.

Esse pressuposto é usado, inclusive, no debate sobre como deve ser bancado o aumento definitivo para R\$ 600 do Auxílio Brasil a partir do ano que vem. O governo vê como crucial a taxação de dividendos, que tributaria os mais ricos e poderia ser fonte de recursos para os pagamentos mais altos. A ideia já foi tentada no ano passado, quando o governo planejava asar R\$ 20 bilhões da reforma do IR para bancar o lançamento do Auxílio Brasil.

Apesar de atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a taxação de dividendos não livraria o governo de outra dor de cabeça ao elevar de forma definitiva o Auxílio Brasil: o potencial descumprimento do teto de gastos (que impede o crescimento real das despesas federais).

Para resolver esse problema, é citada a necessidade de cortes de outras despesas e relembra a proposta de desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento -bandeira do Ministério da Economia não implementada de forma completa.

O governo mantém a ideia de enviar a proposta de Orçamento de 2023 ao Congresso neste mês sem a previsão de R\$ 600 para o Auxílio Brasil.

A tabela de cobrança do I Ré a mesma há sete anos, quando o salário mínimo era de R\$ 788. Com a previsão de um salário mínimo de R\$ 1.294 em 2023, em texto aprovado da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), os brasileiros que receberem R\$ 1.941 (1,5 salário mínimo) terão de pagar IR a partir do ano que vem, caso a tabela não seja corrigida.

A falta de correção da tabela somada ao aumento da **inflação** tem gerado um aumento histórico da tributação sobre a população com menor poder aquisitivo, segundo estudo do Sindifisco Nacional (que representa os auditores-fiscais da **Receita Federal**).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49992>

# A dois meses da eleição, Bolsonaro promete atualizar tabela de IR

**Matheus Schuch De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1)

# Governo prevê déficit primário em 2023

*Estevão Tair e Lu Aiko Otta De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1)

# Parâmetros para valoração aduaneira - OPINIÃO JURÍDICA

*Diego Joaquim é advogado especializado em direito  
aduanheiro e comércio exterior e sócio do escritório  
Diego Joaquim & Advogados*

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187291](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/18  
7291](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291)

# STJ livra Souza Cruz de cobrança de R\$ 11 milhões

**Beatriz Olivon De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291)

# Governo aprova MPs que regulam trabalho remoto

**Táisa Medeiros Raphael Felice Fernanda Strickland**

Com três medidas provisórias (MPs 1108, 1109 e 1110) que caducam no dia 7 de agosto - e com tentativas de obstrução por parte da oposição - o governo conseguiu aprovar os textos em pauta, ontem, na Câmara dos Deputados. No Plenário, o líder Ricardo Barros (PP-PR) articulou para desfazer alterações promovidas pelo relator, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), na redação da MP 1108/2022, que regulamenta o trabalho remoto e híbrido e altera regras do auxílio-alimentação.

O presidente da Força Sindical havia incluído um mecanismo que possibilitaria às empresas pagar o auxílio-alimentação em dinheiro, mas, devido a reivindicações de entidades que representam donos de restaurantes, o trecho foi retirado. No entanto, o deputado inseriu um item que transforma o valor do benefício em crédito para o empregado após 60 dias sem uso do vale, podendo essa quantia ser retirada em dinheiro, depois de dois meses.

Enquanto o governo batalhava para retirar a medida e retomar o texto original da MP do teletrabalho e do vale-alimentação, a oposição tentou obstruir a pauta durante a votação da MP 1109, que permite regras trabalhistas diferenciadas em casos de calamidade pública. Mas o texto acabou aprovado no fim da noite, sem alterações, assim como a MP 1113, que simplifica concessão de benefícios do **INSS**.

A primeira medida aprovada pela Câmara dos Deputados foi a MP 1112, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar). A medida, que também está próxima do vencimento, será custeada por recursos de multas, da Cide-Combustíveis e do valor direcionado a pesquisas por parte das petroleiras.

Carandiru

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto que concede anistia aos policiais militares do estado de São Paulo que foram processados ou condenados pela ação de contenção à rebelião na Casa de Detenção de São Paulo - conhecida como Massacre do Carandiru. A operação policial, deflagrada em 2 de outubro de 1992, resultou

na condenação de 73 policiais, responsabilizados pela morte de 111 detentos no complexo penitenciário, em penas que variam de 48 a 624 anos de prisão.

# Câmara aprova MP que dispensa perícia para auxílio-doença

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# STF começa a julgar nesta quarta se nova Lei de Improbidade pode beneficiar condenados; entenda

Por Rosanne D Agostino, g1 - Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar nesta quarta-feira (2) a possibilidade de aplicação retroativa (a casos passados) das mudanças feitas em 2021 na Lei de Improbidade Administrativa.

O plenário analisa um caso específico, que servirá de parâmetro para os demais. O processo julgado é o de uma procuradora condenada a ressarcir os prejuízos causados ao **INSS** por sua negligência na função. O relator é o ministro Alexandre de Moraes.

O caso é uma das prioridades da Corte e tem repercussão geral, ou seja, a decisão deverá ser seguida pelas demais instâncias.

Caberá ao STF analisar se a mudança na lei, que agora exige o dolo (intenção) do agente para configurar a improbidade, pode ser aplicada para casos já julgados antes da sanção da norma.

## Mudanças

As alterações na Lei de Improbidade foram sancionadas em outubro de 2021 pelo presidente Jair Bolsonaro, após aprovação da Câmara e do Senado, e têm sido criticadas por restringir hipóteses de improbidade e dificultar sanções.

A lei de improbidade serve para enquadrar condutas desonestas que atentem contra princípios da administração pública, causem prejuízos erário e resultem no enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

A partir das alterações aprovadas, o texto passou a exigir o dolo do agente, ou seja, a intenção de cometer irregularidade, para a condenação. Antes, os atos culposos, sem intenção, também eram punidos.

A lei também alterou prazos de prescrição, o tempo previsto para que o estado possa processar o agente pelo ato de improbidade, que diminuiu em alguns casos.

O texto ainda determina que só será cabível ação por

improbidade se houver dano efetivo ao patrimônio público.

## Repercussão

Os processos sobre o tema envolvem agentes públicos, como servidores e políticos, que podem ter a condenação revertida caso o STF entenda que as alterações podem retroagir.

Segundo informações do Supremo, 1.147 recursos que questionam o tema estão parados aguardando um posicionamento final da Corte. Mas o número de casos é maior.

Em documento encaminhado à Corte no dia 26 de julho, o Ministério Público de São Paulo afirma que contabilizou, em 2021, aproximadamente 4.760 inquéritos civis em tramitação na área do patrimônio público, "que potencialmente serão atingidos pela aplicação retroativa da lei" no estado.

O MP-SP também diz que, desde 2011, ajuizou 8.768 ações de improbidade, com 2.798 processos julgados procedentes e 1.346 decisões de sanção de perda de cargo ou suspensão de direitos políticos "que serão potencialmente atingidas".

O memorial é assinado pelo procurador-geral de Justiça, Mário Luiz Sarrubo, que avalia que a aplicação retroativa da lei pode provocar "a reintegração de milhares **servidores públicos** que perderam sua função, com pedidos de percepção de vencimentos em relação ao período que ficaram afastados, além de pedidos de restituição de valores recolhidos a título de multa civil, em razão de condenações por condutas que se tornaram atípicas [sem previsão em lei], com grande abalo ao erário e à segurança jurídica".

## Pode retroagir?

Como as mudanças são mais benéficas, uma ala de juristas defende que elas devem ser aplicadas aos casos anteriores, seguindo a mesma lógica do direito penal, em que a lei retroage para beneficiar o réu.

Thiago Sombra, sócio da área de Direito Público do escritório Mattos Filho, espera que o Supremo escolha essa posição.

"A expectativa é que as decisões proferidas pelo STF estejam em conformidade com o entendimento que já vem sendo adotado e promovido pela doutrina e jurisprudência", afirma.

De outro lado, há os que defendem que a Constituição prevê a aplicação de lei mais benéfica a casos passados apenas quando se trata de crime, ou seja, na esfera penal, mas não na improbidade, que é administrativa.

Em parecer no caso, o procurador-geral da República, Augusto Aras, argumenta que a lei não pode retroagir, sob risco de retrocesso no combate à corrupção. Também defende que os prazos de prescrição só sejam computados a partir da promulgação da lei.

Quem pode propor a ação de improbidade?

Outra questão em julgamento é sobre quem podem propor as ações de improbidade administrativa e os acordos de não persecução civil.

A nova lei determinou que apenas o Ministério Público pode propor esse tipo de ação. Esta regra foi suspensa temporariamente por Moraes, mas a decisão do ministro ainda será reavaliada pelo plenário.

Outras ações

Enquanto o STF não decide, a Justiça já tem proferido decisões com base na nova lei. Em maio, a Justiça Federal da 1ª Região negou uma ação de improbidade administrativa do Ministério Público Federal contra o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e outras cinco pessoas pela crise do oxigênio no Amazonas durante a pandemia da Covid-19. O juiz entendeu que a conduta não está mais prevista em lei.

Em junho, o ex-deputado federal Rôney Nemer voltou a ser elegível em razão da mudança nos prazos de prescrição. A decisão foi do ministro Nunes Marques, do STF. Nemer foi condenado acusado de receber valores em troca de apoio ao governo de José Roberto Arruda (PL).

Arruda também chegou a obter uma decisão favorável do ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que suspendeu sua inelegibilidade. Ele foi condenado por improbidade e teve os direitos políticos cassados na Operação Caixa de Pandora.

Martins suspendeu o efeito de duas condenações atendendo ao argumento de que o STF ainda julgaria

a aplicação retroativa da Lei de Improbidade. Essa decisão temporária foi derrubada pelo ministro Gurgel de Faria na volta do recesso.

VÍDEOS: notícias sobre política

**Site:** [https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/03/stf-  
comeca-a-julgar-nesta-quarta-se-nova-lei-de-  
improbidade-pode-beneficiar-condenados-entenda.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/03/stf-comeca-a-julgar-nesta-quarta-se-nova-lei-de-improbidade-pode-beneficiar-condenados-entenda.ghtml)

STF começa a julgar nesta quarta se nova Lei de Improbidade pode beneficiar condenados, entenda

Após mais de um ano de tramitação no Supremo Tribunal Federal, a nova Lei de Improbidade Administrativa começa a ser julgada nesta quarta-feira (3). O STF vai decidir se a nova lei pode beneficiar condenados por improbidade administrativa.

**Mudanças**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Repercussão**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Quem pode propor a ação de improbidade?**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Outras ações**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Veja também**

STF começa a julgar nesta quarta se nova Lei de Improbidade pode beneficiar condenados, entenda

Após mais de um ano de tramitação no Supremo Tribunal Federal, a nova Lei de Improbidade Administrativa começa a ser julgada nesta quarta-feira (3). O STF vai decidir se a nova lei pode beneficiar condenados por improbidade administrativa.

**Mudanças**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Repercussão**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Quem pode propor a ação de improbidade?**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

**Outras ações**

A nova lei prevê mudanças importantes, como a possibilidade de anulação de atos administrativos e a possibilidade de anulação de atos administrativos.

## Confusão federativa (Editorial)

Ao determinar compensação imediata de perdas sofridas por quatro estados com o corte do ICMS cobrado sobre combustíveis e outros itens, o Supremo Tribunal Federal abriu mais um capítulo de incerteza nas relações federativas.

As decisões do ministro Alexandre de Moraes, de caráter provisório, permitem que Alagoas, Maranhão, Piauí e São Paulo suspendam o pagamento de suas dívidas com a União pelo menos até que o plenário da corte julgue a questão.

Os estados se insurgiram contra duas leis complementares aprovadas pelo Congresso, que mudaram normas do ICMS e limitaram a 17% a alíquota para combustíveis, gás natural, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo.

É certo que a medida causará redução da arrecadação dos estados, já que a maioria cobrava taxas acima de 20%. Os governadores alegam que a perda de recursos limita o provimento de serviços essenciais.

A interferência do tribunal parece precipitada, no entanto. Para começar, a lei prevê que a compensação seja limitada a 2022 e só ocorra se a perda de receita superar 5% em relação ao patamar de 2021.

Não se identificou ainda uma queda na coleta agregada de ICMS. Pelo contrário. Segundo o Ministério da Economia, os quatro estados agora beneficiados pelo Supremo tiveram alta no primeiro semestre, de 11% a 22%, frente ao mesmo período de 2021. A inflação explica boa parte desse desempenho.

O saldo disponível no caixa dos estados tem crescido aceleradamente desde o fim de 2020, o que torna implausíveis até aqui as alegações de prejuízo à boa execução de programas dos governadores.

Todos os envolvidos têm sua parcela de culpa. De um lado, o Congresso não se furta a criar toda sorte de obrigações para estados e municípios, não raro em temas que seria melhor decidir localmente. De outro, os governadores estão sempre prontos a invocar sua autonomia quando convém, mas não perdem oportunidade de transferir suas contas para a União.

Foi assim nos primeiros meses da pandemia, quando o Congresso aprovou ajuda federal de R\$ 60 bilhões para os estados, com a premissa de que a economia

entraria em recessão. Depois, quando as receitas dispararam, ninguém falou em devolução do dinheiro.

No caso dos combustíveis, a pressão do Executivo esteve por trás da ação do Congresso, mas a compensação deveria se limitar aos termos definidos na lei aprovada, sem necessidade de interferência judicial.

Ações mais decisivas para restabelecer o equilíbrio na Federação dependeriam de uma reforma tributária mais ampla. O caso dos combustíveis mostra, porém, que os fatores causadores de tumulto vão além da questão dos impostos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

92

# Visões sobre a disputa tributária no STF - FERNANDO EXMAN

*FERNANDO EXMAN*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187291?page=1&section=1)

# Analistas esperam que BC deixe porta aberta após nova alta de juro

**Nathalia Garcia** *brasil*

O Banco Central deve deixara porta aberta para novo aumento de juros após entregar nesta quarta-feira (3) uma alta de 0,5 ponto percentual na taxa básica, levando a Selic a 13,75% ao ano. Essa é a expectativa majoritária do mercado, mesmo entre economistas que apostam no fim do ciclo de aperto monetário.

Entre os fatores que podem fazer o Copom (Comitê de Política Monetária) optar por uma dose adicional de juros em setembro, os analistas citam a deterioração das expectativas de **inflação** para 2023 -projetada em 3,33% na média -da última pesquisa Focas, já bem acima do teto de 4,75%.

"O cenário mais provável é de encerramento do ciclo em 13,75%. mas a gente entende que o comitê não deve fechar porta para uma eventual alta na reunião de setembro. Um ajuste adicional pode ser implementado a depender do cenário de expectativas de **inflação**", afirmou Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco.

Para o economista, há uma incerteza maior do que a usual quanto às projeções de **inflação** tanto para este ano quanto para o próximo, dada a dificuldade de estimar a magnitude do impacto do teto de 17% a 18% do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e outros itens considerados essenciais.

Gonçalves acredita que a questão tributária será preponderante nas novas projeções do BC. "No cenário de referência, a gente acha que a **inflação** vai recuar de 8,8% para 7% em 2022. É um recuo bem relevante, muito ligado ao tema dos **impostos**. Ano que vem, a gente espera uma alta de 4% para 4,3% nas projeções do comitê", disse.

A sustentação do forte ritmo da atividade econômica e o aumento da percepção de risco fiscal com a aprovação do pacote de medidas que amplia benefícios sociais às vésperas das eleições são outros elementos apontados pelos membros do mercado financeiro para que a Selic continue avançando.

Esse panorama levou o Santander, que até então apostava no fim do ciclo, a revisar suas estimativas e elevar de 13,5% para 14,25% a projeção para a taxa

Selic no fim de 2022.

"Está cedo para o Banco Central já cravar o fim do ciclo diante dessa deterioração do cenário base, mas também do balanço de riscos", afirmou Maurício Orenge, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander.

"Existe uma tendência de o balanço de riscos ficar assimétrico com viés altista [cenário com expectativa de mais **inflação**]. Esses fatores podem levar o Copom a fazer 0,5 ponto e finalizar com um aumento de igual ou menor magnitude, de 0,5 ou 0,25 na próxima reunião", acrescentou.

Gustavo Arruda, chefe de pesquisa econômica para América Latina do BNP Paribas, ressalta que, em períodos anteriores, uma política fiscal muito expansionista já foi determinante para o BC justificar juros mais altos no país.

"Me parece pouco provável que o Banco Central vai conseguir anunciar o fim do ciclo de alta nessa reunião. É um risco que não vale a pena correr", disse.

Para o economista, o BC terá de "continuar falando e agindo". Desde março, o BNP Paribas projeta a Selic a 14,25% ao fim de 2022. Na época, era um dos prognósticos mais elevados entre as principais instituições financeiras.

Para chegar ao patamar estimado, Arruda desenha dois cenários. No principal, o BC deve promover duas altas consecutivas de 0,5 ponto percentual. "Preferiria ver esses 14,25% chegando o quanto antes por questão de expectativas de **inflação**", disse.

No alternativo, o comitê elevaria 0,5 ponto percentual nesta quarta e desaceleraria o passo com mais duas altas de 0,25 nas próximas reuniões, avançando durante o período eleitoral.

"Será que o BC vai se sentir independente o suficiente para continuar agindo durante a campanha eleitoral? Acho que não tem problema, ainda mais agora que o BC é, de fato, independente por lei. É mais importante ainda fazer o que for necessário independentemente do processo eleitoral", continuou.

Para a professora de economia do Insper, Juliana

Inhasz, um derradeiro ajuste sinalizaria a "vigilância" do BC com uma política monetária mais firme. Entre a estratégia de conceder um único aumento de 0,5 ponto percentual ou a de duas altas consecutivas de 0,25, ela fica com a primeira opção por conta do calendário eleitoral.

"Tem uma reunião em setembro, muito perto da eleição. Politicamente não parece muito atraente ter esse gradualismo para um aumento pequeno frente a todos os aumentos que a gente já teve. Me parece mais agradável politicamente dar o aumento todo agora, depois administrar", disse.

Apesar de esperar o fim do ciclo de aperto monetário, a economista vê que o BC não será taxativo quanto à decisão para ter margem de manobra em caso de novas turbulências, como choques inflacionários inesperados por conta da guerra, novas ondas de Covid ou outras doenças, como a varíola dos macacos.

"O BC sempre deixa uma nuance de que a situação pode mudar. Não acho que ele vai declarar claramente que o ciclo se encerrou", afirmou. "Acho que vai ser no tom de que fez o que já devia fazer e ajusta se o cenário mudar?"

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter, cita a desaceleração da **inflação** de bens industriais, bem como a queda nos preços das commodities, como brechas para que o BC encontre espaço para, enfim, interromper a escalada da Selic.

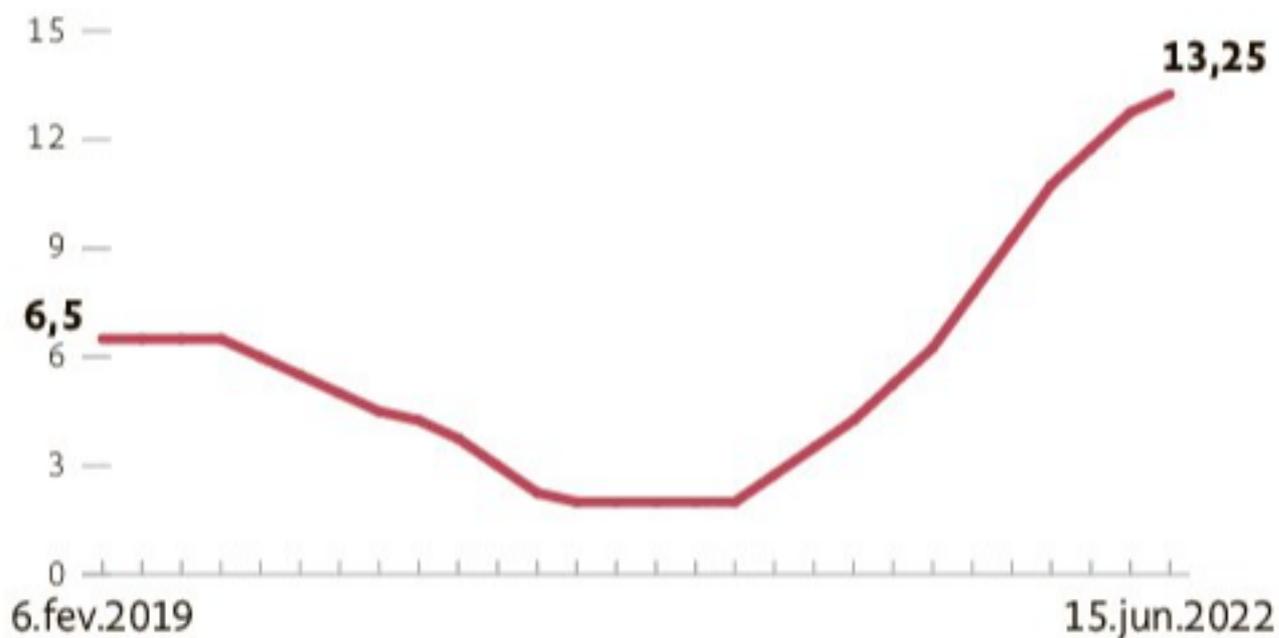
**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

92

## Taxa básica de juros (Selic) durante o governo Jair Bolsonaro (PL)

Em % ao ano



Fonte: Banco Central

# Relator recua de pagamento em dinheiro de benefício

**IANDER PORCELLA BRASÍLIA**

O relator da Medida Provisória 1108, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), retirou de seu parecer a possibilidade de pagamento do vale-alimentação em dinheiro, mas incluiu uma medida para permitir que o valor do benefício vire crédito para o funcionário após 60 dias sem uso. O deputado manteve quase na íntegra o texto original, enviado pelo governo, após uma negociação feita ontem na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na semana passada, o deputado havia anunciado o apoio dos sindicatos ao pagamento do vale-alimentação em dinheiro.

"As centrais sindicais de todo o País acabam de declarar apoio à nossa proposta de pagamento do vale-alimentação direto na conta do trabalhador. É preciso garantir mais liberdade e dinheiro no bolso do povo brasileiro", escreveu Paulinho, no Twitter, na última quinta-feira.

O governo, contudo, foi contra o pagamento do benefício em dinheiro. Segundo interlocutores, o Palácio do Planalto interpretou que o vale-alimentação viraria remuneratório, em vez de indenizatório, se fosse pago em dinheiro, conforme as regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Dessa forma, na avaliação do governo, haveria cobrança de **impostos**.

A MP enviada pelo governo regulamenta as regras do teletrabalho, para aumentar a segurança jurídica dessa modalidade, que cresceu durante a pandemia de covid-19 devido à necessidade de isolamento social da população. O texto original define que o vale-alimentação só pode ser usado para o pagamento de refeições em restaurantes ou de alimentos comprados no comércio.

O presidente do conselho da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), Alaor Aguirre, criticou a proposta de Paulinho.

Na visão dele, a medida provocaria o encolhimento do mercado de vouchers no País, além de comprometer o faturamento de bares, restaurantes e mercados - já

que os trabalhadores poderiam usar os valores do benefício para pagar outras contas.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## O dólar e o Copom - FÁBIO ALVES



**FÁBIO ALVES**

Em meio ao debate sobre se o Copom encerrará o ciclo de aperto monetário com uma derradeira alta de 0,50 ponto porcentual na taxa Selic, para 13,75%, ao fim da sua reunião hoje, ou se deixará a porta aberta para uma elevação adicional dos juros em setembro, o nível do dólar terá um peso crucial na decisão do Banco Central até lá.

Dois fatores terão grande influência sobre o câmbio: a sinalização dos próximos passos da política monetária nos EUA pelo Federal Reserve (Fed) e o humor dos investidores em relação à eleição presidencial no Brasil.

Na semana passada, quando o BC americano elevou os juros em 0,75 ponto, o mercado interpretou como mais brandas as declarações do presidente do Fed, Jerome Powell, sobre o ritmo do aperto e até onde a taxa básica poderá chegar.

Ao concluir que o Fed não será tão agressivo na alta de juros como se esperava, o mercado reagiu com uma alta firme das Bolsas americanas e um recuo do dólar ante outras moedas.

Aqui no Brasil, o dólar chegou a ceder a R\$ 5,16, menor patamar em mais de um mês.

Só que, apenas quatro pregões antes, a moeda americana flertou com o nível de R\$ 5,50.

Um dólar mais próximo de R\$ 5,00 daria um maior conforto para o Copom parar e não subir a Selic daqui a 45 dias, na reunião de setembro, enquanto uma cotação voltando para perto de R\$ 5,50 poderá pressionar o IPCA e as projeções de **inflação**.

Apesar do alívio recente no índice de preços ao consumidor, em razão da desoneração de **impostos** sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, as expectativas de **inflação** seguem piorando para 2023, que ainda é o horizonte relevante para a política monetária.

Na última pesquisa Focus, o consenso das estimativas apontou para uma **inflação** de 5,33% no ano que vem, bem acima não somente do teto da meta, que é de 4,75%, mas também da projeção atual do Copom, de 4,0%.

Se nas próximas semanas o Fed corrigir a visão do mercado e sinalizar que ainda será duro ao subir os juros americanos, mesmo com o risco crescente de recessão nos EUA, o dólar poderá voltar a se apreciar com força. Nesse caso, fica difícil ver o câmbio no Brasil voltando para muito abaixo de R\$ 5,20.

Além disso, até a decisão do Copom em setembro, a eleição presidencial estará pegando fogo.

Dependendo das declarações dos candidatos sobre a política econômica em 2023, o humor pode azedar, pressionando o dólar. Ou seja, até setembro muita coisa pode mudar: Fed, eleições, **inflação** e atividade econômica. Assim, seria prematuro o Copom dar o ciclo de aperto por encerrado hoje.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PEC Kamikaze: proposta será extremamente nociva para as PMEs (Artigo)

**FELIPE AVELAR - Fundador e CEO da startup Finplace**

Aprovada no último 7 de julho, a chamada PEC Kamikaze, proposta de Emenda à Constituição - PEC 1/2022, que prevê a liberação de gastos do governo federal para a criação de novos benefícios sociais em 2022, a menos de três meses das eleições, causa apreensão e divide opiniões em relação à inconstitucionalidade ou não da proposta. Vale ressaltar que essa medida permite ao governo driblar leis para criar benefícios sociais em ano eleitoral, o que é proibido.

O impacto da aprovação da PEC é adicionar um custo de R\$ 41,2 bilhões para as contas públicas deste ano, rompendo o teto de gastos, definido por lei em 2016. Com o rompimento deste teto, as principais consequências da PEC (que foi apelidada de Kamikaze pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes), são o crescimento da **inflação** em 2023, o aumento da taxa de juros estrutural da economia, déficit, queda da bolsa e alta ainda maior do dólar, também figuram na lista de inseguridades.

O termo Kamikaze faz referência a uma unidade especial de aviadores japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, que realizava ataques suicidas aos navios dos Aliados para destruí-los. Recentemente, porém, Guedes tentou se livrar do nome pejorativo, ao rebatizar a PEC Kamikaze de PEC das Bondades.

A proposta pode até ser um paliativo para a grave situação econômica pela qual passa o Brasil. Mas a conta virá, e será alta. Mas o que o Brasil (e em especial as pequenas empresas) tem a perder com essa PEC, que é um atentado à responsabilidade fiscal? É preciso admitir que, no primeiro momento ela trará benefícios. Entre eles, podemos destacar o Auxílio Brasil - com a ampliação de R\$ 400 para R\$ 600 mensais e previsão e cadastro de 1,6 milhão de novas famílias no programa; Auxílio Gás - ampliação de R\$ 53 para o valor de um botijão a cada dois meses (o preço médio atual do botijão de 13 quilos é de R\$ 112,60); Alimenta Brasil - repasse de R\$ 500 milhões ao programa, que prevê a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e distribuição a famílias em insegurança alimentar, entre outras destinações.

Com a aprovação da PEC, o **PIB** (Produto Interno

Bruto) do País tende a ser impulsionado no primeiro momento, já que a tendência é de aumento no nível de consumo, principalmente entre as classes sociais mais baixas. As empresas de consumo doméstico, com destaque para as que prestam serviços ou oferecem produtos para a baixa renda, devem incrementar seus números de vendas nos próximos meses. Que bom, não é?

No entanto, o outro lado trazido pela PEC dos Benefícios deve ser percebido muito em breve. E será pouco depois das eleições, por "coincidência". A medida, adotada às vésperas do período eleitoral tem validade apenas até o dia 31 de dezembro de 2022. Já no ano que vem, os novos auxílios criados perderão a validade e o Auxílio Brasil voltará para seu patamar atual, de R\$ 400. Dessa forma, a tendência de elevação no consumo das famílias é momentânea e, após o período de duração da PEC, a situação econômica da população que será atendida por esses benefícios volta a ser a mesma observada de hoje (inicialmente) e depois se agravará.

Isso porque teremos consequências tanto no curto quando no longo prazo.

Com o aumento das despesas públicas, o país perde credibilidade junto ao mercado, a **inflação** sobe, há pressão sobre os juros e desemprego. E tudo isso cairá no colo do próximo presidente. Para as PMEs, em especial, esse é um cenário muito grave.

Além do impacto na economia, que deve desacelerar com o fim do pacote de "bondades", em 2023, juros em alta significam crédito mais caro e escasso.

Um exemplo disso é o cenário atual de investimentos em startups no Brasil, que já sofrem com a atual alta nos juros. Desde março, elas já demitiram quase 3.000 funcionários no Brasil. Em um cenário de taxas mais altas de juros no próximo ano, o impacto será ainda mais grave, com mais demissão e pequenas empresas quebrando.

Como se diz popularmente: "não há almoço grátis". Esse dinheiro sairá do bolso dos brasileiros. E a conta será bem salgada. Principalmente para a população mais carente e para as pequenas empresas (que são 99% da classe empresarial no Brasil e geraram 76% dos empregos no país de janeiro a abril de 2022).

## 20% da população está consumindo sobras de carne, mostra Datafolha



Homem passa em frente a açougue com promoções em Porto Alegre; um quinto dos brasileiros comprou sobras de carne, segundo o Datafolha. Imagem: Luiz / 23 Jul 2022 / Agência Inquirer / Agência O Dia

**Eduardo Cucolo** são paulo

Pesquisa Datafolha mostra que quase 7 em cada 10 brasileiros estão em busca de produtos de marcas mais baratas, muitas vezes adquirindo alimentos de menor qualidade, perto do vencimento ou fora dos padrões tradicionais, para economizar nas compras.

Dos entrevistados, 23% adquiriram pontas de frios e feijão partido, mesmo percentual dos que afirmam substituir o leite por soro de leite ou produtos feitos a partir desse insumo. Há ainda 20% que consumiram sobras de frango, de carne ou pele de frango. É o que aponta pesquisa do instituto, contratada pela Folha e que ouviu 2.556 pessoas em 183 cidades de forma presencial na quarta (27) e quinta-feira (28).

A pesquisa está registrada no TSE com o número BR-01192/2022 e tem margem de erro de dois pontos para mais ou menos.

Segundo o levantamento, 67% mudaram os hábitos de compra. São 61% os que foram em busca de marcas mais baratas e 29% os que compraram produtos próximos ao vencimento.

Entre as pessoas que recebem o Auxílio Brasil, 31% passaram a comprar sobras de carnes, mesmo percentual dos que têm consumido soro de leite. São 36% tanto os que adquiriram produtos próximos ao vencimento como os que levaram para casa feijão partido e pontas de frios.

Dados sobre a **inflação** ao consumidor divulgados pelo IBGE mostram que o preço do leite disparou 41,8% de janeiro a junho deste ano. O produto é vendido por mais de R\$ 7,00 em alguns supermercados. Já o soro de leite era vendido por cerca de R\$ 5,00.

Também em busca de alternativa diante da disparada dos preços, supermercados nas periferias de São Paulo têm comercializado itens como feijão fora do tipo, pontas de frios -bandejas com restos de queijo e presunto-, carcaça e pele de frango.

Reportagem da Folha também mostrou a popularização dos chamados "vencidinhos", comércios que vendem produtos próximos ao vencimento e, por isso, cobram menos que as grandes redes.

A alta da **inflação**, principalmente dos alimentos, e a queda na renda do trabalhador têm levado muitas famílias a alterar a cesta de compras. O IPCA (índice de preços ao consumidor) acumula alta de 11,89% até junho deste ano.

A alimentação em domicílio avançou 16,7% no período, com destaque para produtos como feijão (30%), leite longa vida (38%) e aves e ovos (20%). A carestia não tem poupado nem mesmo produtos que, geralmente, eram desprezados pelo consumidor, como sobras de carnes.

O governo colocou em prática uma série de medidas para amenizar a alta de preços, em sua maioria voltada ao segmento de combustíveis, questão que tem impacto maior para as famílias de maior renda.

Para 1 em cada 3 brasileiros, comida foi insuficiente em casa

Um em cada três brasileiros afirma que a quantidade de comida em casa nos últimos meses não foi suficiente para alimentar a família, aponta a pesquisa do Datafolha.

Segundo o levantamento, o percentual de eleitores com comida menos que suficiente em casa passou de 26% em maio para 33% em julho. Outros 12% dizem que foi mais que suficiente, mesmo percentual nas duas pesquisas. Para 55%, a comida foi o suficiente - queda em relação aos 62% de maio.

O percentual dos que não possuem comida suficiente é maior entre mulheres (37%), famílias com renda de até dois salários mínimos (46%), aqueles que se declaram pretos (40%) e os que vivem na região Nordeste (42%).

Entre os que declaram voto no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), são 45% com comida insuficiente em casa, percentual que cai para 32% nos eleitores de Ciro Gomes (PDT) e 12% nos de Jair Bolsonaro (PL).

A pesquisa também mostra que 17% dos entrevistados estão em famílias que, nos últimos meses, venderam algum bem ou objeto de valor para comprar alimentos e itens básicos de supermercado.

O índice sobe a 24% entre os mais pobres, 27% para famílias que recebem o Auxílio Brasil e 32% entre desempregados.

Em um cenário de alta da **inflação** de alimentos, queda na renda dos trabalhadores e aumento da informalidade, 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia, divulgado em junho passado.

Segundo a Organização das Nações Unidas, 61,3 milhões de brasileiros (cerca de 3 em cada 10 habitantes) conviviam com algum tipo de insegurança alimentar, e 15,4 milhões passavam fome no período de 2019 a 2021.

Conforme reportagem publicada pela Folha na última segunda-feira (1º), a pesquisa Datafolha mostra que 56% dos eleitores afirmam que o valor máximo de R\$ 600 para o auxílio é insuficiente, 36% classificam como suficiente e 7% avaliam o montante como mais do que suficiente.

Entre os que recebem o benefício do governo federal, 54% consideram o valor insuficiente, 38% avaliam como suficiente e 8% afirmam ser mais do que suficiente.

O aumento do valor do Auxílio Brasil é uma das apostas do governo federal para alavancar a candidatura Bolsonaro, que continua em segundo lugar na pesquisa, praticamente na mesma posição do levantamento anterior, distante 18 pontos do petista.

Questionados sobre o motivo para o governo oferecer o pacote de benefícios programado para acabar no final do ano, 61% dos eleitores afirmaram que o principal objetivo é ganhar votos para o presidente.

**Site:**

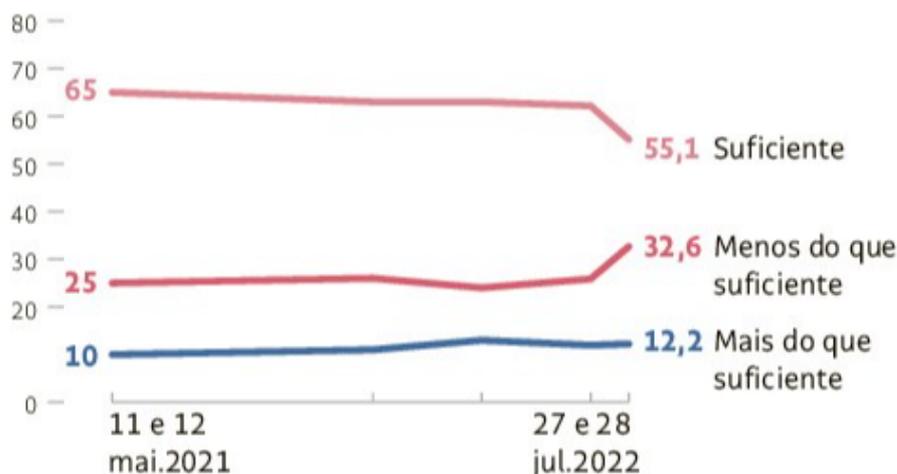
**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**92**

## Um em cada três brasileiros teve comida insuficiente em casa

Avaliação da quantidade de comida para você e sua família nos últimos meses

Resposta estimulada e única, em %



17% das famílias venderam bens para comprar produtos básicos

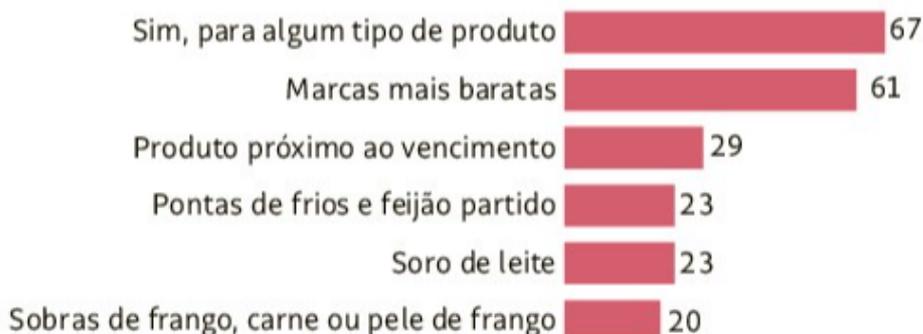
Nos últimos meses, você ou as pessoas que moram com você venderam algum bem ou objeto de valor para comprar alimentos e itens básicos de supermercado?

Resposta estimulada e única, em %



67% dos consumidores mudaram carrinho de compras  
Nos últimos meses, você ou alguém na sua casa comprou algum desses tipos de produtos para substituir outros que ficaram mais caros ou não couberam no orçamento?

Resposta estimulada e múltipla, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 183 municípios nos dias 27 e 28 de julho. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%. A pesquisa, encomendada pela Folha de S.Paulo, está registrada no TSE sob número BR-01192/2022

# Planalto estuda reajustar servidor em 2023 usando inflação do ano que vem



Servidores federais protestam por reajuste em Brasília usando boneco "Bolsonaro Mãos de Tesoura" Adriano Machado/Reuters

Fábio Pupo *brasilía*

O governo planeja enviar ao Congresso neste mês uma proposta de Orçamento para 2023 com uma reserva para reajuste de servidores. A ideia em estudo é considerar para o valor a **inflação** do ano que vem.

Segundo cálculos frequentemente mencionados pelo governo, cada 1 ponto percentual de reajuste linear para todos os servidores federais significa um aumento aproximado de R\$ 3 bilhões nas despesas da União. Como a **inflação** de 2023 está projetada pelo mercado em 5,33%, isso pode representar uma expansão aproximada de R\$ 16 bilhões nas despesas do ano que vem.

Caso a ideia de reajuste com a **inflação** de 2023 vá adiante, ficaria sem compensação a falta de reajustes para o funcionalismo nos últimos anos. Os aumentos ficaram impedidos principalmente por travas legais criadas por governo e Congresso com o objetivo de compensar a elevação de gasto e endividamento da União em meio à crise da Covid-19.

As discussões continuam e ainda não está descartado que algumas carreiras possam ganhar mais do que outras, privilégio sinalizado neste ano por Bolsonaro (para agradar policiais, por exemplo) e que acabou não indo adiante. Planos de reajustes maiores para algumas categorias geram ressalvas dentro do governo pela possível reação das demais.

As novas discussões sobre reajustes de servidores acontecem às vésperas da campanha eleitoral. Os valores a serem pagos disputam espaço no

Orçamento com outras despesas, como o Auxílio Brasil e o potencial aumento definitivo do programa para R\$ 600 a partir de 2023 (atualmente, as regras só exigem que os R\$ 600 valham até dezembro deste ano e a previsão é que o valor baixe para R\$ 400 a partir de janeiro).

A briga por espaço no Orçamento acontece porque o governo tem cada vez menos margem no teto de gastos (regra constitucional que impede o crescimento das despesas federais para além da **inflação**). Qualquer nova despesa dificulta ainda mais deixar os números dentro do limite.

As discussões voltam depois de muitas idas e vindas sobre o tema em 2022. O governo havia reservado R\$ 1,7 bilhão para reajustes de carreiras e aumentos de salários no funcionalismo federal no Orçamento deste ano, mas o montante era insuficiente para um reajuste amplo para os servidores.

Em meio ao diagnóstico de que um aumento pequeno para todos poderia prejudicar a imagem de Bolsonaro em vez de beneficiar, o governo passou a estudar alternativas. Na mesa, estavam desde o reajuste para apenas algumas categorias até um aumento apenas do vale-alimentação (que não gerava aumento para servidores aposentados).

Após muitas declarações sobre o tema, no entanto, Bolsonaro confirmou em junho que não haverá reajuste para servidores neste ano.

"Lamentavelmente, não tem reajuste pra servidor. Nós estamos tentando agora, que tem que vencer legislação eleitoral, dobrar, no mínimo, o valor do auxílio-alimentação", disse a jornalista em frente ao Palácio do Planalto em junho. Ele não detalhou, contudo, quanto custaria o incremento do benefício.

"Tinha bronca de próprios outros servidores de outros setores, setor público [falando] 'ah, vou ameaçar parar'. Vários representantes. Então não pude prosseguir com a [reestruturação] da Polícia Rodoviária Federal, nem com a da Depen", disse na ocasião.

Categorias da elite do funcionalismo público vinham ameaçando fazer greves, seja para conseguir também serem contempladas no aumento, seja por

considerarem os 5% estudados pelo governo insuficientes.

"Você imagine aí parando aí o Banco Central, parando a CGU, parando a Receita, os fiscais sanitários. Agora, se alguém apontar onde eu posso usar recursos, eu dou reajuste agora, em 20%, 30%, 40% para todo mundo. Para o ano que vem é possível, estamos preparando", afirmou na época.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**92**

# Dólar avança quase 2% com tensão entre EUA e China sobre Taiwan

**Clayton Castelani são paulo**

O mercado financeiro mundial mostrou preocupação nesta terça-feira (2) com as tensões crescentes entre Estados Unidos e China, agravadas pela visita da presidente da Câmara americana, Nancy Pelosi, a Taiwan.

O índice que compara o dólar a uma cesta global de moedas subiu quase 1% após quatro dias de queda. No Brasil, a moeda americana à vista saltou 1,93%, a R\$5,2770 na venda

Declarações de dois membros do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) também favoreceram a alta do dólar ao indicarem ao mercado a disposição da autoridade monetária em continuar a elevar juros nos Estados Unidos. O país tenta restringir a atividade econômica para controlar a maior **inflação** em 40 anos.

A presidente do Fed de São Francisco, Mary Daly, disse estar intrigada com os preços do mercado de títulos que refletem expectativas de investidores de que o banco central passará a cortar os juros no primeiro semestre do próximo ano. Ao contrário do que o indicador sugere, ela afirmou que sua expectativa é de que o Fed continue aumentando os juros por enquanto e depois os mantenha por algum tempo.

O presidente do Fed de Chicago, Charles Evans, por sua vez, também defendeu a elevação dos juros se a **inflação** não ceder.

No mercado de ações brasileiro, o índice Ibovespa subiu 1,11%, a 103.483 pontos. No exterior, porém, as principais Bolsas caíram diante das preocupações com Taiwan.

Marcas Labarthe, sócio da GT Capital, considera que a busca de investidores por empresas que "estão amassadas" na Bolsa brasileira explica a resistência do Ibovespa nesta terça. "Vemos também o setor bancário positivo às vésperas dos balanços" comentou.

Em Nova York, o indicador S P 500, parâmetro para o mercado acionário americano, caiu 0,67%. Na Europa, o índice que acompanha as 50 principais empresas da região perdeu 0,59%.

Na Ásia, a Bolsa de Hong Kong fechou com queda de 2,36%. Em Taiwan, o principal índice de ações caiu 1,56%. Papéis de fabricantes de chips foram prejudicados com aumento de tensões geopolíticas.

"Os mercados recuaram nesta terça-feira com o noticiário global dando muito destaque para a visita da presidente da Câmara do EUA, Nancy Pelosi, a Taiwan, debaixo de duras declarações e ameaças do governo chinês", comentou a equipe da Ativa Investimentos.

O barril do petróleo Brent cedia 0,35%, a US\$ 99,68 (R\$ 521,55) no início da noite, após um tombo de 9% na véspera, quando o mercado digeriu dados sobre a desaceleração da economia chinesa.

Na segunda-feira (1º), o mercado de câmbio brasileiro fechou perto da estabilidade, enquanto a Bolsa caiu. Além de um movimento de ajuste, com investidores embolsando lucros do mês passado, também pesou para a queda do mercado doméstico o desempenho negativo do setor de commodities devido ao fraco desempenho da economia chinesa.

Uma pesquisa privada realizada pelo Caixin e divulgada nesta segunda mostrou que a atividade industrial na China cresceu mais lentamente do que o esperado em julho, depois de ter melhorado em junho, quando foram levantados os lockdowns generalizados contra a Covid.

Em julho, o Ibovespa subiu 4,69%, o maior crescimento mensal desde março. A alta dos mercados de ações no mês passado é associada por especialistas à perspectiva de que a desaceleração da economia dos Estados Unidos poderá evitar altas mais agressivas na taxa de juros do Fed.

Com menos chances de obter ganhos mais altos com os juros do Tesouro americano, investidores se arriscaram mais no mercado de ações, o que também vem provocando desvalorização global do dólar.

No Brasil, o Copom (comitê de política monetária) do Banco Central divulgará a taxa básica de juros na quarta-feira (3) e uma alta de 0,5 ponto percentual é amplamente esperada, o que levaria a Selic para 13,75% 30 ano.

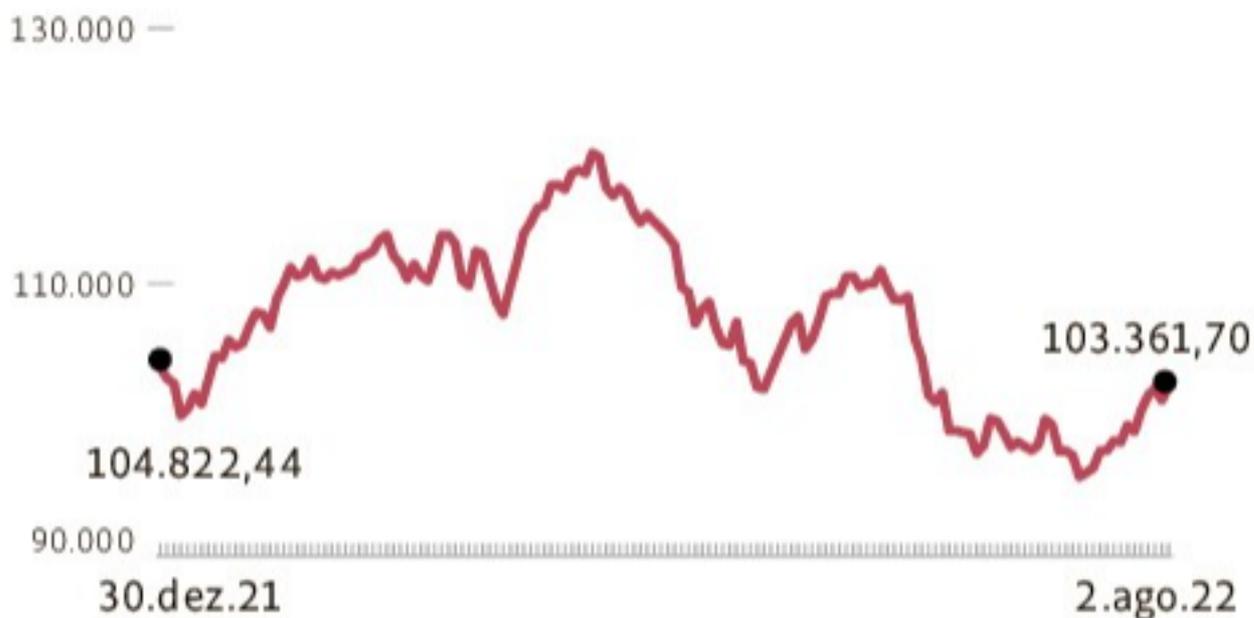
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

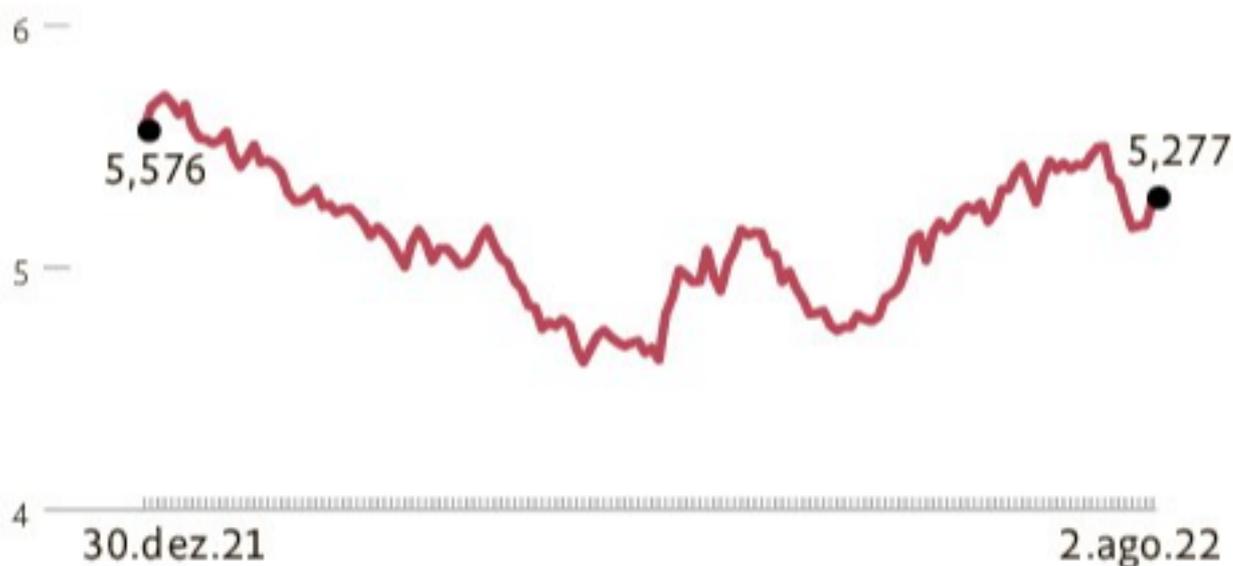
**92**

## Bolsa e dólar em 2022

Ibovespa, em pontos



Dólar comercial, em R\$



Fontes: CMA e Bloomberg

# Dívida pública (Artigo)

**ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES**

Alguns analistas, sob a argumentação de que alguns lotes de dívida não foram integralmente vendidos, têm questionado a capacidade do Tesouro Nacional em conseguir emitir títulos públicos para honrar o pagamento da dívida e arcar com algumas outras despesas.

Não vejo nenhuma dificuldade.

O Tesouro Nacional tem vendido o que quer e se não o fez de forma integral em alguns leilões foi por estratégia, já que mantém uma reserva de liquidez (colchão) de R\$ 1,2 trilhão, que aponta a suficiência de recursos para garantir o resgate da dívida pública pelos próximos 10 meses.

Além do mais, nossa relação Dívida/ **PIB**, hoje em torno de 78% do **PIB**, não é das maiores do mundo (137% nos Estados Unidos, 266% no Japão e 96% na Zona do Euro) e, em que pese a falta de uma âncora fiscal crível, não parece ser explosiva.

Segundo apresentação do presidente do Banco Central do Brasil, realizada em junho último no X Fórum Jurídico de Lisboa, esta relação sofrerá um aumento e girará em torno de 85% nos próximos anos, provavelmente em função do incremento das taxas de juros, já que o custo médio de emissão da dívida pública interna tem aumentado, passando de 8,49% a.a. em dez/21 para 12,03% a.a. em jun/22.

O que importa no conceito Dívida/ **PIB**, é a capacidade que tem o setor público de honrar sua dívida ao longo do tempo e não há uma relação ótima a ser alcançada, já que a dívida pública não precisa ser amortizada e pode ser refinanciada. É assim em qualquer lugar do mundo.

No caso brasileiro, mais importante do que o tamanho da relação Dívida/**PIB**, é a capacidade técnica e política de mantê-la sob controle ao longo do tempo. E para tal, o **PIB** precisa crescer de forma sustentável e acima do custo da dívida, num ambiente com segurança jurídica e estabilidade de regras capazes de mitigar riscos e incertezas.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES diretor da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB e Ex-Secretário do Tesouro Nacional

Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-)

**956936879f66f5cf4ffb3aeffd56ca.pdf**

# Desindustrialização, País em retrocesso (Editorial)

Completados dez anos de recuo da produção industrial, o Brasil continua firme na desindustrialização, sem uma política desenhada para recuperar e modernizar o setor.

Só uma pessoa notavelmente desinformada confundiria com política industrial a mera redução - além de tudo, mal planejada e confusa - do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Política de desenvolvimento, geral ou setorial, envolve um trabalho muito mais complexo e muito distante das práticas observadas, em Brasília, a partir de 2019. Envolve definição de metas, elaboração de diagnósticos, fixação de etapas e uma clara identificação de recursos e de processos necessários.

A indústria instalada no País fechou o primeiro semestre produzindo 18% menos que em maio de 2011, pico da série histórica em uso pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A reação ao tombo de 2020, quando o Brasil enfrentou a primeira fase da pandemia, logo se esgotou. A produção cresceu 3,9% em 2021, sem compensar o recuo de 4,5% ocorrido no ano anterior.

A partir daí, a atividade prosseguiu de forma insegura. Em junho, o setor produziu 0,4% menos do que em maio, depois de quatro meses consecutivos de expansão, e 0,5% menos que em dezembro do ano passado. Além disso, ficou 1,5% abaixo do patamar pré-pandemia, em fevereiro de 2020.

O balanço geral do semestre foi negativo, com produção 2,2% inferior à de um ano antes. Em 12 meses o recuo acumulado foi de 2,8% em relação ao período anterior.

Alguns poderão atribuir as dificuldades da indústria a circunstâncias especiais, como a guerra na Ucrânia e a pandemia de covid-19. A atividade tem sido realmente afetada, no Brasil e em vários outros países, por desarranjos na cadeia de suprimentos. Têm faltado insumos, os custos têm subido e as consequências são bem visíveis em vários segmentos industriais. Além disso, negócios têm sido prejudicados, em todos os setores, por problemas conjunturais, como a **inflação** interna, os juros altos e o consumo prejudicado pelo desemprego e pela

erosão da renda familiar.

Todos esses desafios são reais, mas o enfraquecimento da indústria, no Brasil, começou muito antes da pandemia, da invasão da Ucrânia e do recente surto inflacionário internacional. Em seis dos dez anos entre 2012 e 2021 houve recuo da produção industrial, segundo o IBGE. Não houve apenas diminuição do volume produzido. Houve também estagnação da capacidade produtiva, da tecnologia e do potencial de inovação, por falta de investimento em capital físico, isto é, em máquinas, equipamentos e instalações. Excetuados alguns segmentos e grupos empresariais, competitivos e em permanente avanço, o panorama geral é de enfraquecimento da indústria.

O retrocesso começou com erros de política econômica. Protecionismo excessivo, desperdício de recursos com "campeões nacionais", capitalização deficiente, crédito caro, insuficiente esforço de pesquisa, pouco empenho na qualificação de mão de obra, infraestrutura ineficiente, insegurança jurídica e tributação disfuncional são problemas listados, há muitos anos, em estudos de competitividade.

Governos petistas deram pouca atenção à eficiência competitiva. Depois, passada a recessão de 2015-2016, houve um esforço de recuperação econômica e algum empenho em modernização institucional, mas a atividade novamente se estagnou a partir de 2019 e as noções de planejamento, de modernização produtiva e de metas de desenvolvimento sumiram da pauta governamental.

Alguns analistas parecem ter confundido o abandono das ideias de metas e planos com uma opção pelo liberalismo.

Com a desindustrialização do País, abandonam-se conquistas acumuladas em um século de esforços de ampliação e de modernização do sistema produtivo - importantes também, é preciso lembrar, para a consolidação de um agronegócio eficiente e competitivo.

Talvez se possa retomar o caminho da modernização a partir de 2023, se o próximo governo for capaz de pensar nos interesses mais amplos do Brasil e de ir além do voluntarismo e do populismo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado espera Selic a 13,75% e que BC deixe porta aberta para nova alta

**THAIS BARCELLOS BRASÍLIA**

Na sua reunião que termina hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) deve elevar a Selic em 0,50 ponto porcentual, de 13,25% para 13,75% ao ano - a 12.<sup>a</sup> alta seguida -, e é crescente a corrente no mercado financeiro que espera que o ciclo de aperto monetário continue em setembro, para buscar uma inflação "ao redor" do centro da meta (3,25%) em 2023.

Para economistas consultados pelo Estadão/Broadcast, o BC deve, ao menos, deixar uma porta aberta para uma nova alta da taxa básica de juros em setembro diante do estouro das expectativas inflacionárias, das surpresas com a atividade econômica e do enfraquecimento do teto de gastos - a regra que atrela as despesas à inflação e é usada como âncora fiscal.

Com um aumento em setembro, a taxa chegaria - ou ficaria bem próxima - ao seu último pico, de 14,25%, que durou de julho de 2015 a outubro de 2016, no governo da então presidente Dilma Rousseff. Como daquela vez, a perda de credibilidade fiscal é um dos motivos que explicam a dose alta de juros, mas agora o choque inflacionário global também dá sua contribuição, afirmam os especialistas.

O aumento do juro básico da economia se reflete em taxas bancárias mais elevadas, embora haja uma defasagem entre a decisão do BC e o encarecimento do crédito (entre seis e nove meses). A elevação da taxa também influencia negativamente o consumo da população e os investimentos produtivos.

Desde a reunião de maio, o BC sinaliza a intenção de encerrar o atual processo - o mais forte choque de juros desde 1999, com alta acumulada de 11,75 pontos, já incluindo a elevação esperada para hoje.

Das 51 instituições financeiras consultadas pelo Estadão/Broadcast, 49 projetam alta de 0,50 ponto porcentual da Selic. Caso a projeção majoritária seja confirmada, será a taxa mais alta desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75%. O consenso do mercado segue a sinalização dada pelo BC na reunião anterior do Copom, em junho, de nova alta de juros "de menor ou igual magnitude" (0,50 ponto porcentual).

"FISCAL PIOR".

"Acho que o BC vai deixar a porta aberta para outra alta de mesma ou menor magnitude, o que seria entre 0,50 ponto porcentual e 0,25 ponto porcentual, em setembro.

Desde o último Copom, o BC viu as expectativas piorando bem e o fiscal muito pior, tanto em termos de risco quanto de incentivo à demanda. Lá fora a atividade está mais fraca, mas aqui está bem mais forte mesmo", afirma o economista-chefe da Garde Asset, Daniel Weeks, que espera que a Selic alcance 14,25% no mês que vem.

O economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, espera ajuste residual de 0,25 ponto porcentual em setembro, para 14%, fechando o ciclo.

O economista aponta os abalos sofridos pelo teto de gastos e o choque inflacionário global como pano de fundo para o choque de juros neste ciclo.

Já a XP espera para hoje a última alta de juros do ciclo, para 13,75%, mas avalia que o BC não deve anunciar o fim do processo agora. "Com as pressões inflacionárias globais começando a diminuir, acreditamos que o Copom finalmente fará a pausa que vem sinalizando há algum tempo", diz em relatório.

"Reconhecemos, porém, que o comitê pode optar por ir um pouco mais longe, para garantir que o IPCA recue adiante", completa, citando a falta de clareza sobre o arcabouço fiscal em 2023 como o maior risco.

Topo

14,25% é o último pico da Selic, que durou de julho de 2015 a outubro de 2016, no governo de Dilma Rousseff. Como daquela vez, a credibilidade fiscal em baixa é um dos motivos que explicam a dose alta de juros. Se confirmado novo aumento em setembro, além do que deve ser anunciado hoje, a Selic poderia voltar a esse pico

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Sem equilíbrio fiscal, democracia se torna mais frágil (Artigo)

**Nathan Blanche e Juliana Damaceno Respectivamente, sócio-fundador e economista sênior da Tendências Consultoria Integrada**

Após a investida nem um pouco discreta do atual presidente contra as urnas eletrônicas, um grande número de empresários se reuniu em carta aberta para reafirmar o compromisso com a democracia.

Ao longo deste governo, assistimos a um desmonte institucional que vem nos custando caro.

Enquanto a equipe econômica surfa nas ondas da **inflação** e sustenta bons números nos fluxos fiscais, os estoques se acumulam e encarecem a cada nova rodada de ruídos fiscais.

Como explicar contas públicas com os resultados recordes e, ainda assim, a volta dos maiores juros na emissão de novos títulos da dívida pública desde o turbulento processo de impeachment que pôs fim ao governo de Dilma Rousseff, em 2016? O custo fiscal vai muito além do impacto direto que estampa os jornais.

A cada um ponto porcentual a mais da taxa Selic, nossa dívida líquida sobe cerca de R\$ 35 bilhões. Assim, só este ano, já acumulamos um incremento no estoque de R\$ 140 bilhões. Isso sem considerar o custo primário das manobras eleitorais.

Além dos bilhões emplacados em furos no teto de gastos, consolidamos um feudalismo fiscal bilionário com as emendas de relator. Para o ano que vem, essas emendas já têm espaço reservado: serão R\$ 19 bilhões sendo destinados a redutos eleitorais sem a devida transparência ou justificativa técnica.

A promessa de manter os R\$ 600 do Auxílio Brasil, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro em sua convenção há poucos dias, parece não ter sido acordada com seu próprio Ministério da Economia, que reconheceu um dia depois não haver espaço para acomodar sob o teto o nada desprezível custo extra de R\$ 60 bilhões.

Se levada à frente, a medida de manter o aumento do auxílio reduziria as despesas discricionárias aos patamares insustentáveis de R\$ 70 bilhões. Um shutdown anunciado.

Para 2023, a conta extra também inclui o corte de 35% do IPI, a desoneração da folha por mais um "último" ano, os pisos salariais da enfermagem e agentes de saúde aprovados este ano, além da redução do IOF sobre operações de câmbio. O custo dessas medidas já contratadas se aproxima dos R\$ 107 bilhões e há potencial para que suba ainda mais.

O Orçamento público é o centro da democracia plena.

É nele que encontramos as prioridades nacionais. Não há meios de garantir o respeito aos direitos democráticos longe das contas do governo.

Defender a democracia também depende de reconstruirmos a credibilidade das nossas instituições, inclusive as fiscais.

Nathan Blanche e Juliana Damaceno Respectivamente, sócio-fundador e economista sênior da Tendências Consultoria Integrada

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tesouro vê impacto de R\$ 8,1 bilhões com ICMS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Com inflação, 20% dos brasileiros compram soro de leite e sobra de carnes

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# IR: Bolsonaro diz que promessa de campanha só sairá em 2023

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>